

NOTAS PARA O ESTUDO DO PAPEL
SOCIAL DA MÃE: REPRESENTAÇÕES
E NORMAS NO *THEATRO DE MANOEL*
DE FIGUEIREDO (*)

Propomo-nos aqui destacar um dos membros do grupo familiar — a mãe —, procurando na obra teatral de Manuel de Figueiredo (1), escrita entre 1756 e 1777 (2), as suas representações, os seus modelos, isto é, o discurso normativo que à mãe diz respeito, visando uma aproximação ao papel que a elite bem-pensante de setecentos lhe procurava atribuir.

1. A selecção de um objecto de estudo e a perspectiva sob a qual é abordado não são nunca em história (como noutras ciências) escolhas gratuitas. Ao definirmos um campo de análise, elegendo-o como território da nossa pesquisa e aplicando-lhe determinada abordagem, estamos a comprometer-nos, a proferir o nosso *credo*. Importa, pois, descodificar os postulados de um *credo* na análise histórica da mãe: será legítimo isolar a mãe e fazer dela

(*) O presente artigo é fruto de algumas interrogações sobrevindas durante a recente elaboração de um trabalho mais vasto — *Mulheres, espaço e sociabilidade. A transformação dos papéis femininos em Portugal à luz de fontes literárias (segunda metade do séc. XVIII)* Lisboa, Livros Horizonte, 1989.

(1) *Theatro de Manoel de Figueiredo*, 14 vols., Lisboa, tomos I e II Of. Typographica, tomos III a XIV Impressão Regia, 1775-1815. Todas as composições dramáticas de Figueiredo estão aí publicadas, pelo que, ao citá-las, indicar-se-á somente o tomo em que se encontram.

(2) Manuel de Figueiredo escreve os primeiros dramas em 1756 e 1757, reatando a sua actividade teatral em 1773. São várias as peças não datadas e existe uma escrita já em 1748 e aperfeiçoada posteriormente, em 1757. A quase totalidade da sua produção teatral data dos anos 70.

categoria analítica? Quais os pressupostos teóricos que estão por detrás da emergência dessa categoria?

Procuraremos responder às questões enunciadas analisando o problema da validade da investigação sobre mães, levantado no seio da história das mulheres, história cuja prática e teorização têm sido e são determinadas pela ideia de mulher que consciente ou inconscientemente se perfilha. Há portanto que clarificar, pelo menos, três conceitos: *mãe*, *mulher* e *história das mulheres*.

Em linhas muito gerais, a jovem história das mulheres começa por ser uma crónica de mulheres notáveis e dos movimentos feministas, voluntariamente militante e oscilando entre os tons miserabilista e triunfalista. Passa depois a abordar os papéis sociais das mulheres, mas circunscreve-se à análise das funções tradicionais femininas (as parteiras, as amas, as mães...), perpetuando no domínio científico os papéis que desde sempre foram atribuídos às mulheres e cuja exclusiva atribuição se reclamava de natural, decorrente do primado biológico. Mais recentemente, a par de fecundas reflexões que visam fornecer o suporte teórico necessário à disciplina, procuram-se outros papéis e impõe-se como objecto de estudo as relações entre os dois sexos, fazendo dessas relações o centro da análise e perspectivando-as como motor de transformações⁽¹⁾.

(1) Cfr. Joan Kelly-Gadol, «The social relation of the sexes: methodological implications of women's history», *Signs. Journal of women in culture and society*, New York, vol. 1, n.º 4, Summer 1976, pp. 809-823; Ruth Bloch, «Untangling the roots of modern sex roles: a survey of four centuries of change», *idem*, vol. 4, n.º 2, Winter 1978, pp. 237-252; Marilyn J. Boxer, «For and about women: the theory and practise of women's studies in United States», *ibidem*, vol. 7, n.º 3, Spring 1982; Andrée Michel (dir. de), *Femmes, sexisme et sociétés*, Paris, PUF, 1977; Cécile Dauphin, «Femmes» in *La nouvelle histoire*, Paris, C.E.P.L., 1978, pp. 176-179; Anne-Marie Sohn, «Les rôles féminins dans la vie privée: approche méthodologique et bilan de recherches», *Revue d'histoire moderne et contemporaine*, tomo XXVIII, octobre-décembre 1981, pp. 597-623; Juan Cepeda Adan, «La mujer en la historia. Problemas metodológicos» in *Nuevas perspectivas sobre la mujer*. Actas de las primeras jornadas de investigación interdisciplinaria, vol. I, Madrid, Seminario de Estudios de la Mujer de la Universidad Autónoma de Madrid, 1982, pp. 13-17; Mary Nash, «Desde la invisibilidad a la presencia de la mujer en la historia: corrientes historiográficas y marcos conceptuales de la Nueva Historia de la Mujer», *idem*, pp. 18-73; Pilar Folgueira, «Notas para

Estará assim ultrapassado um estudo que vise as mães ? Deveremos renunciar a esse tipo de análises?

É evidente que os papéis tradicionais femininos são decalcados do biológico, configurando uma ordem cosmológica, imutável, inquestionável. Parece-nos igualmente claro que se a história das mulheres se resumir a esse tipo de abordagem estará a legitimar a tradicional imagem social dos dois sexos e os seus pressupostos: identificação da mulher com a natureza, definição da sua especificidade pelo fisiológico, identidade que é contraposta à do homem, produto de uma cultura. Sem pretendermos, de forma alguma, subalternizar este ponto de vista, que é sem dúvida pertinente, afigura-se-nos, contudo, que ele pode constituir uma armadilha epistemológica se conduzir ao abandono das investigações sobre os papéis tradicionais femininos.

Por um lado, denuncia-se o anacronismo dessas análises (°), pois pretender-se-ia encontrar no passado as convicções do presente: os papéis tradicionalmente aceites definiriam a mulher, logo, seriam essas as áreas a investigar; feita a inventariação dos dados recolhidos, ela funcionaria como legitimação científica de uma definição da mulher apriorística. Mas não enfermará de maior anacronismo a voluntária e deliberada ocultação desses papéis sob o pretexto de que são mistificadores, sob o pretexto de que são produto de uma visão sexista da sociedade ? As funções sociais da mãe, da parteira ou da ama exclusivamente atribuídas a mulheres foram uma realidade e não é pelo facto de hoje lhe percebermos e contestarmos os fundamentos ontológicos que iremos abandonar um campo de investigação de que tão pouco se sabe ainda. Jacques Revel reconhece, aliás, que «il est après tout normal que les femmes aient exercé des fonctions féminines, et qu'on soit allé les chercher dans l'histoire là où elles avaient été»,

el estudio de la historia social de la mujer en España», *ibidem*, pp. 47-55; Michelle Perrot (dir. de), *Une histoire des femmes est-elle possible ?*, Marseille, Rivages, 1984; António de Oliveira, «Apresentação do colóquio [...]» in *A mulher na sociedade portuguesa. Visão histórica e perspectivas actuais*. Actas do colóquio, vol. I, Coimbra, Fac. de Letras da Universidade de Coimbra, Instituto de História Económica e Social, 1986, pp. 9-20; José Mattoso, «A mulher e a família», *idem*, pp. 35-49.

(°) Cfr. Jacques Revel, «Masculin/Féminin» in M. Perrot, *op. cit.*, pp. 126-128.

mas conclui: «La réponse, pour évidente qu'elle paraisse, ne me paraît pourtant pas tout à fait acceptable: car qui ne voit qu'à vouloir définir la spécificité des rôles féminins à travers un catalogue d'activités spécifiquement féminines, et inversement, on risque de se voir bientôt enfermé dans un cercle vicieux?» (').

Mas trata-se de um falso alarme. Não se pode pretender definir a especificidade dos papéis femininos, nem a partir do rol das actividades «naturalmente» mulheris, nem a partir de uma identidade feminina subjacente à elaboração desse rol. O que não se pode é escamotear a realidade.

Por outro lado, esta questão resulta de uma falta de clarificação de conceitos. O que se entende por mãe? Uma categoria biológica ou uma categoria cultural? Não é já um dado adquirido o reconhecimento do carácter cultural, do carácter histórico do papel da mãe (') (e das mulheres em geral)? A função social da mãe, que se baseia na ordem biológica, é uma categoria social que, como qualquer outra, é definida e controlada por um ordenamento jurídico, institucional, moral, religioso, político. Reduzir a história das mães a uma história natural não tem qualquer sentido. Sendo, pois, a categoria *mãe* definida pelo seu papel social, integrada numa instituição que é simultaneamente determinada e determinante de uma organização social específica, a história das mães não corre o risco de ser uma história fechada (segunda grande objecção levantada). É perfeitamente possível partir de um papel tradicionalmente feminino e estabelecer as suas inter-relações com a organização social ('). Ou melhor, o que é absolutamente pos-

(') *Idem, ibidem*, p. 127.

(') Cfr. Nicole-Claude Mathieu, «Paternité biologique, maternité Sociale...», in André Michel, *op. cit.*, pp. 39-48; Elisabeth Badinter, *O amor incerto. História do amor maternal (do séc. XVII ao séc. XX)*, Lisboa, Relógio d'Água, s.d.; Carmen Saez Buenaventura, «Para un analisis epistemológico de la maternidad», in *Nuevas perspectivas sobre la mujer*, cit., vol. II, pp. 135-145; Yvonne Knibiehler et Catherine Fouquet, *Histoire des mères du Moyen Age à nos jours*, Paris, Montalba/Hachette, Coll. Pluriel, 1982.

(') Aliás, o próprio Revel refere-se a *Façons de dire, façons de faire*, estudo etnológico de Yvonne Verdier, onde esta estabelece a partir de três actividades específicas, lavar, coser e cozinhar, «l'articulation de la culture féminine—du fait féminin—dans l'existence collective» (*op. cit.*, pp. 130-131).

sível e necessário é clarificar essas ligações. Não o fazendo, então sim, a análise será gravemente deformadora.

Não podemos, contudo, (o que é manifestamente evidente mas não será demais sublinhá-lo) cingir-nos à história dos papéis tradicionais femininos. Outras funções igualmente importantes permaneceriam ocultas e identificar-se-iam os papéis reais das mulheres com as suas funções míticas. Só depois de concluídas investigações que visem responder a um leque de perguntas cada vez mais amplo e diversificadas podemos aperceber-nos dos diferentes papéis femininos e do seu peso relativo. As investigações pois, de ser feitas em todos os campos, sem obedecer a restrições ditadas por raciocínios exógenos ao problema central: «a visão e o conhecimento histórico desopacificando a ocultação, descobrindo a mulher na invisibilidade em que foi colocada» (*).

Mas não é apenas a história das funções tradicionais femininas que é declarada falaciosa, é-o também (consideramo-lo) a própria história das mulheres precisamente pelas mesmas razões que condenam a primeira: uma história fechada sobre si mesma, que não dá conta do todo, que perpetua a divisão «natural» da sociedade e cujo destino não longínquo será o esclerosamento. Única via a análise da dialéctica estabelecida pelas relações entre os dois sexos (**).

Confessemos desde já que esta solução, tão radicalmente exclusiva, nos tem provocado alguma perplexidade. Espanta-nos não se levantarem estes problemas quando se levam a cabo outras investigações sobre grupos sociais específicos. Bastará um exemplo: deixou de ser a aristocracia de sangue objecto de análise pelo facto de constituir não só um grupo (que não dá conta, portanto, do todo social) mas, mais do que isso, um grupo que se desagregou e cujos princípios legitimadores (de ordem biológica) não são hoje determinantes ?

Estamos conscientes do que significa a aspiração a uma «história total», que já não quer ser síntese, antes reclama «objectos globalizantes» (**). Mas a história total persegue-se e perseguir-se-á

(*) António de Oliveira, *op. cit.*, p. 12.

(**) Cfr. obras referidas na nota (1).

(***) Jacques Le Goff, «Une science en marche, une science dans l'enfance» in *La nouvelle histoire*, cit., p. 16.

permanentemente e são as histórias parcelares (que todas o são, pois por mais globalizantes que sejam os objectos tratados e por mais abrangente que seja a abordagem adoptada, o resultado será sempre parcelar) que sem cessar obrigam a modificar a traça de um edifício inacabado e que nunca será definitivo. Se o fosse, a história teria morrido, significaria estarem esgotadas todas as perguntas, não mais existirem «novos problemas», «novas abordagens» e «novos objectos» que permanentemente obrigam a repensar o passado humano.

A dialéctica feminino/masculino, um dos objectos globalizantes da história actual, é sem dúvida imprescindível. Contudo, não pode pretender-se aniquilar a história específica sobre as mulheres (objecto porventura menos totalizante, mas necessário), sob pena de se ser obrigado a confrontar dois termos desiguais — o masculino conhecido e o feminino desconhecido —, e travejar conclusões em ideias-feitas mais ou menos ditadas pelo imaginário actual. Poder-se-á dizer que não se trata de acrescentar ao já conhecido o contributo feminino, mas procurar doravante, em cada pesquisa, o homem, a mulher e as suas inter-relações⁽¹¹⁾. Certamente, mas o que vemos delinear-se à sombra da celebrada dialéctica é qualquer coisa de muito diferente: não o estudo das relações entre os papéis sociais feminino e masculino, mas o da dialéctica entre duas essências míticas — o eterno feminino sempre igual a si próprio, a-histórico, e o não menos eterno masculino, ser cuja racionalidade o empurra a desempenhar o papel de sujeito activo da história. É esta a perspectiva de José Mattoso⁽¹²⁾,

(11) Cfr., por exemplo, Pauline Schmitt-Pantel, «La différence des sexes, histoire, anthropologie et cité grecque» in M. Perrot, *op. cit.*, pp. 98-104.

(12) «... a História que até agora se fez foi a dos grandes movimentos políticos, militares, técnicos, produtivos, públicos [...]. Quando pensamos no papel que em tudo isto teria a mulher, descobrimos que de facto certas realizações são próprias do homem. A introdução na cena de um novo protagonista, a Mulher, obriga a considerar tudo isso como uma História no masculino. Mostra a necessidade de consagrar uma importância pelo menos igual à vida privada, à manutenção da paz, à afectividade, ao papel do corpo e do irracional, que são o contraponto e o suporte das manifestações externas mencionadas»—*op. cit.*, pp. 35-36.

o que o leva a defender a necessidade «não [...] de preencher uma lacuna, mas de introduzir um processo diferente de compreender a totalidade»: a «dialéctica feminino-masculino», processo tão inovador que, acrescenta mais adiante, «a perspectiva do privado, do permanente, do corpo, do sentimento, que a perspectiva do signo feminino obriga a explorar, levará certamente a reescrever de novo a História» (13).

Ora, parece-nos a nós que se a produção histórica até há pouco realizada é de facto uma história no masculino, não o é sobretudo porque os seus objectos sejam manifestações exclusivamente masculinas, mas porque não foram abordados tendo em conta a participação feminina, cuja acção mais ou menos subterrânea é necessário iluminar. Assim, quando se exige uma reescrita da história pretende-se, é certo, a investigação de novos objectos, mas reclama-se, principalmente, uma nova abordagem de temas já estudados. Se assim não fosse, tratar-se-ia de facto, de «preencher uma lacuna» pela integração do *irracional*, do *permanente*, do *privado* (14), da *afectividade*... Uma história no masculino não o é porque deixa na sombra esses objectos, mas porque não alude à mulher, à sua acção, à sua influência, às suas representações, às suas normas. Os arquétipos, as motivações, as aspirações femininos eram ou não distintos dos masculinos? Tudo isto é ainda uma incógnita. Pensamos, pois, ser abusivo afirmar que «faz parte do próprio feminino conceber-se e comportar-se, mais do que o masculino, como ser em relação, como ser com uma consciência corporal mais actuante, com motivações afectivas mais imediatas, mais determinadas pela vivência do que pela compreensão racional da vida» (15).

Há duas décadas atrás perguntava Vitorino Magalhães Godinho a propósito de certas afirmações sobre sociedades «primitivas»: «onde estão as provas históricas (não os pressupostos

(13) *Idem, ibidem*, p. 36.

(14) Pauline Schmitt-Pantel denuncia a assimilação da mulher ao domínio privado e do homem ao público: «L'utilisation des concepts de «domestique» et de «public» dans l'étude des rôles sexuels appelle la même critique que celle faite de l'emploi des concepts de «nature» et de «culture». Cette opposition paraît être une nouvelle variante de la «réduction des catégories de sexe à leur définition biologique»», *op. cit.*, p. 102.

(15) José Mattoso, *op. cit.*, pp. 37-38.

ontológicos) de que tudo se passou deste modo?»⁽¹⁶⁾. O problema ressurgue, assim, com a inclusão das mulheres na história. Parte-se, mais uma vez, da simbologia actual, de uma convicção íntima e transforma-se essa convicção em conceito operatório. As mulheres não são definidas em cada época pelos papéis (reais, representados ou propostos), são estes que são pré-estabelecidos pela inclusão das mulheres numa essência atemporal—o «próprio feminino». Às mulheres não lhes é dado o privilégio da construção da sua própria identidade. Vivem (e viverão?) sempre agrilhoadas a uma natureza imutável, concepção que é profundamente anti-humanista⁽¹⁷⁾.

Sendo o comportamento feminino determinado *ab aeterno*, não só não será necessário investigar as motivações da sua actuação histórica (elas estão já definidas), como só se investigarão as manifestações concretas dessa irracionalidade, dessa emotividade. Ora isto é de facto uma história no masculino.

Mas as ilações desta perspectiva podem ser levadas ainda mais longe e conduzir à própria negação da história. Porque se perfilha tal dicotomia coincidente com a dualidade sexual, há que estabelecer as inter-relações das duas vertentes radicalmente distintas que compõem a Humanidade. Assim, procura-se não o grupo humano que foi esquecido, mas aquilo que ele representa, vertente que faltava para a compreensão do todo, eternamente dilacerado pela luta entre dois princípios antagónicos — fio condutor do devir humano. Como não podia deixar de ser, José Mattoso está consciente das implicações das suas perspectivas, mas, ao hierarquizar os dois princípios segundo uma escala de valor⁽¹⁸⁾ que é

⁽¹⁶⁾ «Humanismo científico e reflexão filosófica», publicado em Outubro de 1965 em *O tempo e o modo*, Lisboa, n.º 31 e posteriormente em *Ensaios IV. Humanismo e reflexão filosófica*, Lisboa, Sá da Costa, 1971, pp. 229-238 (citação: p. 230).

⁽¹⁷⁾ Cfr., por exemplo, V. Magalhães Godinho, «As ciências humanas e um novo humanismo» in *op. Cit.*, pp. 241-261; Roland Barthes, «A grande família dos homens» in *Mitologias*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1987, pp. 190-192.

⁽¹⁸⁾ «A dialéctica masculino-feminino, única que pode dar conta da dimensão humana na sua totalidade, leva a pôr em causa a própria noção de progresso e, conseqüentemente, de «acontecimento histórico», isto é, de acontecimento que de facto leva à transformação do Homem e à sua realização

de ordem ética, mas não pode ser operativa em história, parece estar (voluntária ou involuntariamente) a lançar as bases de uma nova ontologia ou uma meta-história que só poderá conduzir à morte da história — disciplina sem interesse em si mesma, porque o que é externo é enganador, esconde «o essencial, o verdadeiramente significativo»; disciplina que não passará de ciência auxiliar dessa meta-história a quem deve fornecer os dados que respondam às perguntas verdadeiramente essenciais, únicas que podem pretender explicar «aquilo que afinal constitui a efectiva realização do Homem». Disciplina que não é, que não pode ser a história, porque a história não busca essências, não rotula de «aparentes, externos e enganadores» os actos humanos (¹⁹).

Acreditamos que todos os actos humanos (da utilização de uma charrua à emergência de uma ideologia, da abertura de uma via comercial à restrição dos nascimentos, do confronto social à transformação de mentalidades, da aprendizagem dos cavaleiros à aprendizagem das parteiras...) são factos significativos e objectos da história. cremos, assim, que procurar perceber o papel que no terceiro quartel do séc. XVIII se procurava impor às mães (mães que constituem um grupo social, tenham ou não consciência de grupo) é objecto válido em história.

2. A documentação que vamos utilizar, como fonte literária que é, coloca-nos limitações que são óbvias, mas não se lhe recusam potencialidades, nomeadamente na história das mulheres, tão carente de fontes directas (²⁰). Mais do que o real, que transmite

como ser autónomo. Leva a perguntar se o que até aqui se tem estudado não são apenas movimentos de superfície, e, portanto, meramente aparentes, externos e enganadores. Como tal, dados que ocultam o essencial, o verdadeiramente significativo, aquilo que afinal constitui a efectiva realização do Homem, e o que é na verdade decisivo para o seu destino», *op. cit.*, p. 37.

(¹⁹) Jacques Le Goff encerra o seu artigo «L'histoire nouvelle» com as seguintes palavras: «... ce qu'il faut espérer, c'est que la science historique puisse désormais mieux éviter les tentations de la philosophie de l'histoire, renonce aux séductions de la majuscule — l'histoire avec un grand H — et se définit mieux par rapport à l'histoire vécue des hommes», *La nouvelle histoire*, cit., p. 241.

(²⁰) Cfr. Michelle Perrot, *op. cit.*, p. 11; Yvonne Knibiehler et al., *De la pucelle à la minette. Les jeunes filles de l'âge classique à nos jours*, Paris, Temps Actuels, 1983, p. 11; J. Cepeda Adán, *op. cit.*; Pilar Folgueira,

filtrado, procuremos as representações e as propostas de um autor que, não sendo de primeira água, foi, sem dúvida, um homem sincero, observador e actualizado e que, como qualquer indivíduo, transmite imagens e opiniões que não são isoladas, antes reflectem um pensamento moldado pela sua experiência e pelo imaginário comum ao seu grupo socio-cultural.

O sentido de responsabilidade social, manifesto em Manuel de Figueiredo, e o facto de ser particularmente sensível ao problema da formação do indivíduo, levam-no a atribuir ao teatro uma missão pedagógica que equipara à acção da Igreja e do Estado «iluminado» ⁽²¹⁾ e a privilegiar na sua obra o tema das relações familiares,

op. cit., pp. 49-50; Elena Sanchez-Ortega, «La mujer en el Antiguo Regimen: tipos históricos y arquetipos literarios» in *Nuevas perspectivas sobre la mujer*, cit., pp. 107-126; Marilo Vigil, «La vida cotidiana de las mujeres en el Barroco», *idem*, vol. II, pp. 151-165.

⁽²¹⁾ Todas estas características são comuns ao espírito das Luzes portuguesas, das quais Figueiredo é um dos arautos (cfr. António Coimbra Martins, «Luzes» in *Dicionário de História de Portugal* dir. por Joel Serrão, vol. II, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1965, pp. 836-855). Manuel de Figueiredo expende reiteradamente essas suas opiniões: «O Theatro [...] He numa Aula, e deve ser huma Missão. Nenhuma outra diferença deve ter do Pulpito quanto à Doutrina; mais que pôr aos olhos a moral, prérgalla aquelle aos ouvidos. Ouvir-se allí com veneração em preceitos dictados com gravidade da frase da Religião; ver-se aqui em acção provada com o ridiculo, e com os desgraçados exemplos, que ainda sem o lume da verdade farião os homens melhores não só politica, mas physica, e moralmente» («Discurso» de *As irmãs*, tomo VI, página não numerada); «Se o Theatro fosse ainda hum principio de educação, huma prática da moral deliã; hum despertador da Religião, dos costumes, e da virtude, como era em Atenas...» («Discurso» de *O Cid*, tomo VIII, p. XXXXIII). A sua nítida preocupação reformista é aproveitada pelo Marquês de Pombal, que lhe encomenda três dramas cujos assuntos, por ele indicados, são uma acérrima defesa das teses fisiocratas (apelando-se à nobreza e ao seu sentido de responsabilidade pela valorização das terras e pelo bem-estar das pessoas suas dependentes, condições indispensáveis ao crescimento populacional — *O avaro dissipador* e *O indolente miseravel*) e uma apologia do amor e lealdade aos príncipes, que sabem sempre recompensar os bons servidores (dirigindo-se aqui aos burgueses a quem se pretende incutir o sentido do dever cívico e o horror da vaidade e ostentação — *O fidalgo da sua própria casa*): «Acabando de escrever 16, ou 18 Dramas para o nosso Theatro, e todos com o fim do útil, lançando mão das couzas, que mais dão nos olhos, recebi ordem para escrever estes, e os assumptos»; «Todos os mais ornatos Poeticos, invenções extravagantes, fundadas no ridiculo, com que achei o mundo no meu Seculo, darão a conhecer o amor da minha Patriã,

abordando repetidamente a questão do relacionamento de pais e filhos e de marido e mulher, onde encontra o cadinho do que pretende evidenciar: a acção (re)formadora da educação. Entre as numerosas comédias incluídas nos catorze tomos do *Theatro* de Figueiredo, aquelas que articulam relações dentro do quadro familiar constituem, pois, a maioria, onde a figura da mãe surge necessariamente. Quanto ao quadro familiar apresentado, é geralmente de tipo nuclear, constituído por pai, mãe e filhos (geralmente em número inferior a três⁽²²⁾), constante que obedece ao imperativo da economia de personagens⁽²³⁾ e, mais do que isso, porque se trata de caracterizar tipos comportamentais e não de retratar a dimensão da família portuguesa) ou por viúvos (ou viúvas) com filhos. Aparecem ainda alguns exemplos de famílias alargadas (pela junção dos elementos sogra, cunhada ou sobrinho (a), de pessoas solitárias (solteiras ou viúvas) e de agregados sem núcleo conjugal (irmãos e celibatários vivendo com sobrinhos ou jovens protegidos).

O enquadramento familiar das personagens secundárias não é, frequentemente, definido.

Assim, a mãe é quase imprescindível nas comédias de Figueiredo, mas não só por se tratar de um *topos* da comédia ou por necessidade de verosimilhança da tipologia familiar. É-o também, e sobretudo, porque lhe é atribuído o papel fulcral da caracterização da *facies* da família. E por lhe ser incumbida tal responsabilidade,

dos meus Príncipes, a minha moral, a paixão pelas Sciencias, o horror da falta de humanidade, e de costumes, e o desejo de que os Portuguezes corraõ a glorificar os heroicos trabalhos de Vossa Excellencia, aproveitando-se dos meios, que lhes facilita para a educação, para a virtude, para a sciencia, abundancia, economia, e decencia», prefácio intitulado «Para o Senhor Marquez ouvir, e rasgar»), tomo XII, pp. VII e XI.

(²²) Excepção feita em *O passaro bisnáo* (tomo XIII). Tratava-se aqui de equacionar o relacionamento de parentes por afinidade (sogra-nora e cunhadas). Houve, pois, necessidade de pôr em cena três filhos: o rapaz, já casado e vivendo na sua própria casa, e as duas irmãs, ambas indispensáveis para que, através dos seus diálogos, ficassem esclarecidos as atitudes e projectos.

(²³) Economia que Figueiredo não respeita em absoluto, a crer numa das críticas feita ao seu teatro e à qual ele próprio responde, justificando o alegado excesso de personagens pela necessidade de verosimilhança (cfr. «Discurso» de *A mulher que o não parece*, tomo IV, páginas não numeradas).

a figura da mãe surge no seu papel social, mais do que no seu mero papel biológico.

Tradições dramáticas, dificuldades de encenação e carência de um adequado conhecimento e interesse pela criança, fazem desta a grande ausente do teatro em geral e do teatro de Figueiredo em particular. Os filhos chamados à cena, se exceptuarmos dois casos⁽²⁴⁾, são sempre jovens adultos prestes a abandonar a casa paterna pelo casamento. Se o autor tem como uma das suas principais preocupações a educação, não põe em cena, contudo, o processo educativo, mas os seus resultados, patentes no comportamento dos filhos adultos, prova viva dos erros pedagógicos praticados na sua infância. Assim, a criança está sempre subentendida, não enquanto criança, mas enquanto *educanda* responsabilizada pelo adulto que gerou. O presente artigo não tem o propósito de focar a criança. Serve o que dissemos para dar conta da razão do vazio de referência à actividade puericultora da mãe⁽²⁵⁾.

Gravidez e parto⁽²⁶⁾ são outros assuntos que, além de não

(24) Em *O acedor* (tomo x) uma mulher, personagem secundária, faz-se acompanhar por duas filhas, «huma rapariga» e outra «criança de peito» (A.I, C.2, pp. 191-202) e na *Grifaria* (tomo v) entra fugazmente em cena um «pequeno ao collo» (Canto IV, cenas 5 e 6, pp. 167-169) que Figueiredo esqueceu na lista das personagens (p. 154). Contrariando os preceitos de um Francisco Manuel de Melo, que considerava «indecente» que os pais (e certamente os homens em geral) brincassem com os filhos, lhes contassem «graças» e lhes falassem «naquela sua linguagem» (*Carta de guia de casados*, cap. xxxv, ed. da Verbo, Biblioteca Básica, S.d., p. 119), Manuel de Figueiredo recria um «diálogo» entre o avô e a criança, dirigindo-se-lhe aquele, a personagem masculina mais «prudente» da epopeia, nestes termos: «Qué vi a mi ? xi, xi», «Vêna cá, vêna cá», «Oh maoto, oh maoto», «Qué papá ? qué papá ?», «He nhôce ?», «Anheu, anheu, anheu».

(25) Sobre concepções e práticas de puericultura em Portugal no séc. xviii, ver António Ferreira Gomes, «A criança em dois tratados setecentistas de puericultura», *Revista Portuguesa de Pedagogia*, Coimbra, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, nova série, ano XXI, 1987, pp. 151-166.

(26) Sobre o parto e a estranheza e resistência que, mesmo na corte durante a primeira metade do século, se oferecia à presença do médico-parteiro, já vulgarizada em França (cf. J.-N. Biraben, «Le médecin et l'enfant au XVIII^e siècle», *Annales de Démographie historique*, Paris, 1973, pp.215-217; Yvonne Knibiehler et Catherine Fouquet, *op. cit.*, pp. 70-75), é precioso o testemunho da jovem princesa D. Mariana Vitória, esposa de D. José. Escreve ela a seus pais a 14 de Setembro de 1734, quando aguardava

despertarem o interesse do autor, brigavam com o decoro que Figueiredo intransigentemente defendia. Na realidade, Manuel de Figueiredo impunha a si próprio normas contraditórias⁽²⁷⁾; «Dar hum Theatro correcto na Moral, e na Scena, verisimil, e decente»⁽²⁸⁾. E, de facto, obedecendo ao preceito da verosimilhança, o autor põe em cena uma mulher grávida, porque havia que ridicularizar uma realidade: a preferência dada às mulheres casadas,

o nascimento da sua primeira filha (e num francês que só foneticamente é inteligível): «Je veut (leia-se «*J'ai vu*») par la letre, que Patino a ecrite a Luisa ce quil dit que vos magestes veulent anvoier l'acoucheur je vous em remercie avec le plus profont respects et vous dit que je beaucoup de repugnance a quil me touche mais quil et bon quil soit pour en cas de nesesite il sera dans ma chambre et la femme lui dira coman se la va. parce que isi on na jamais entandu parler dacoucheur et can on parle dans les gasetes de Selui de la Reyne de france il font des grandes grimaces, ensi il net pas mauves quil soit dans ma chambre pour en cas de nesesites mais autrement je beaucoup de repugnance a quil me touche», *Cartas da tainha D. Mariana Vitória para a sua família de Espanha* [...], I (1721-1748), apresentadas e anotadas por Caetano Beirão, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1936, pp. 126-127.

Ao longo da centúria de setecentos foram publicadas em Portugal várias obras (originais e traduções) sobre obstetrícia. Cfr. Augusto da Silva Carvalho, *Subsídios para a história das parteiras portuguesas*, Lisboa, Tipografia Labor, 1931, pp. 52-56 (separata de *A medicina contemporânea*, n.º 28-32 e 34 de 12, 19 e 26 de Julho e 2, 9 e 23 de Agosto de 1931); Maximiano Lemos Júnior, *A medicina em Portugal até aos fins do século XVIII (tentativa histórica)*, Porto, Imprensa Commercial, 1881, pp. 122-123. Sobre o ensino e métodos obstétricos, ver Augusto da Silva Carvalho, *op. cit.*, pp. 29-45 e, do mesmo autor, *Pina Manique. O ditador sanitário*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1939, pp. 49 e 53 (separata do *Archivo de Medicina Legal*, vol. VIII, n.º 1-4, de Março, Junho, Setembro e Dezembro de 1935).

(27) Cfr. Maria Luísa M. R. Borralho, *Manuel de Figueiredo. Uma perspectiva do neoclassicismo português (1745-1777)*, tese de Mestrado em Literatura Comparada apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, tomo I, Coimbra, trabalho dactilografado, 1987, pp. 165, 187, 191-199.

(28) «Prologo», tomo I, p. I. Em muitos outros textos se refere Figueiredo ao assunto. Apenas dois trechos: «composição do todo, caracteres, verisemilhança, acção, paixão, decencia, moral, e ridiculo crítico he unicamente o em que me detive» («Discurso» de *O Cioso*, adaptação da comédia do doutor António Ferreira, tomo IX, p. 206); «deve entrar a imitação, e o util com o ridiculo; guardando-se igualmente o preceito da Arte, a decencia, e a verdade» («Para o Senhor Marquez ouvir, e rasgar», tomo XII, p. XII).

em detrimento das jovens solteiras, atitude considerada de bom-tom pelos novos hábitos mundanos⁽²⁵⁾. Manuel de Figueiredo extrema a situação, fazendo de uma mãe de numerosos filhos e de corpo deformado pela adiantada gravidez («Eu co'a barriga á boca, com dez filhos em casa»⁽²⁶⁾) o centro das atenções de uma reunião social.

Mas o moralista procurava conciliar, e não poucas vezes contradizendo-se⁽²⁷⁾, uma concepção tradicional de bons costumes com as novas ideias deste século das luzes. Inovador, é assim, no que diz respeito ao ideal-tipo *mulher* apontado na dedicatória da «epopéa comico-dramatico-heroica» que intitula *A grifaria*⁽²⁸⁾

(25) Sobre as transformações dos costumes mundanos lisboetas na segunda metade do séc. XVIII, ver Maria Antónia Lopes, *op. cit.*, pp. 66-164.

(26) *A grifaria*, tomo v, pp. 12-13.

(27) Cfr. Maria Antónia Lopes, *op. cit.*, pp. 179-182.

(28) *Grifaria* é um neologismo formado a partir da palavra *grifo* que, no calão da época, significava retrógrado, isto é, o equivalente ao nosso *bota-de-elástico*, como está documentado à saciedade nesta e noutras comédias do autor ou ainda em entremezes «de cordel» (cfr., por exemplo, *As mascaradas d'Almada*, Lisboa, Off. de Francisco Sabino dos Santos, 1773, pp. 4, 6 e 13). Assim, *grifaria*, «velha moda, cousa antiquada, de velhos» (Eduardo de Faria, *Novo dicionario da lingua portugueza*, VOL. II, Lisboa, Imprensa Nacional, 1857, p. 206), «velhancaria de gente rigida, severa» (Domingos Vieira, *Grande dictionario portuguez ou thesouro da lingua portugueza*, vol. III, Porto, Ernesto Chardron e Bartholomeu H. de Moraes, 1873, p. 931) designa também o conjunto dos grifos, que se opõe à *chibantaria*, aqueles que adoptam costumes arrojados. Os dois tipos de comportamentos são condenados por Figueiredo que na dedicatória da «epopeia» elogia a «Senhora Fulana» precisamente por ter sabido colocar-se no meio-termo, «por haver descoberto entre a Bishonharia e a Desenvoltura hum caracter, que a faz tão estimada do seu sexo, como admirada do nosso [...] Oh! Se todas as Damas assim fossem, que notavel não seria a Sociedade? Como ellas verião a sua reputação preservada dos insultos da grifaria, e zombando dos attentados da arriscada chibantaria, que he avança-arrais?» (tomo v, página não numerada). Assim, não podemos aceitar o significado que Laureano Carreira dá ao vocábulo na sua obra, recentemente publicada em português, *O teatro e a censura em Portugal na segunda metade do século XVIII*, Lisboa, Imprensa Nacional—Casa da Moeda, 1988: «Figueiredo partiu do substantivo «grifo» para construir o termo «grifaria», que evidencia muito bem a ideia essencial da peça, isto é, as pessoas que passam a vida a arranhar-se mutuamente» (p. 313). Partindo desta acepção, Carreira afirma que a personagem Fulgência «uma das grifas mais representativas do grupo, [...] toma a «heroica resolução» de regressar ao lar, para junto do marido e filhos, e de abandonar

A epopeia é dedicada a uma misteriosa «Senhora Fulana» a quem Figueiredo atribui a criação do vocábulo «grifaria», senhora que é

a grifaria» (*idem*, p. 315). O que Fulgência abandona é a chibantaria. Consideramos ainda incorrectas algumas outras interpretações avançadas por este autor. Diz uma delas respeito à localização da acção da *Grifaria*. Afirma Laureano Carreira que «Contrariamente ao que diz o censor, o autor não situou a acção na Lua; também não foi em Portugal, o que na realidade muito nos surpreende, mas sim em Espanha» (*ibidem*, p. 314), escorando esta conclusão nos seguintes versos: «Porque até se lembrava, creia-me o que lhe digo, / Aqui logo em Castella, de casar-se comigo» (Canto III, C. 8, p. 129). Acrescenta ainda Laureano Carreira que «Isto não impede contudo que se não encontre ao longo de toda a peça diversas alusões a Portugal, o que nos leva a pensar que Manuel de Figueiredo não ousou pôr directamente em cena os seus compatriotas com tais costumes. E dentro deste processo de disfarce que se deve também situar os nomes das personagens, que nada têm de portugueses: Lisimaco, Cilindro, Euticus, Agorastocles, Ifigénia, Sincerasto, etc...» (*op. cit.*, p. 314). Ora, quem afirma estar a acção situada na Lua não é o censor, mas o próprio Figueiredo no prólogo da peça. O censor repete apenas a indicação dada pelo autor, pois em nenhuma passagem da *Grifaria* se encontra qualquer alusão à Lua. As personagens, não obstante os seus nomes (escolha que evidentemente constituiu um «processo de disfarce» mas que não é exclusiva da *Grifaria* — encontramos em comédias de Figueiredo localizadas em Lisboa ou em Vila Viçosa nomes como Licori, Androgeu, Cardénio, Lésbia, Erina, Arista, Frondénio, Deocles, Anarda, Esopo, Estriga, Palatino...), são portuguesas (elas próprias o afirmam) e a acção desenrola-se de facto e expressamente em Lisboa (cfr. Canto I, C. 8, pp. 30 e 31; Canto I, C. 17, p. 53; Canto II, c. 1, pp. 61-64, etc). Figueiredo apercebe-se da contradição e procura justificá-la: «e quanto a dar a Portuguezes os Nomes dos Habitantes daquelle Planeta [...] accomodar as Scenas aos sitios conhecidos de Lisboa: facilmente se comprehende do que digo em todo este Prologo, que tudo foi para fazer intellegivel esta Fabula» (pp. XIII-XIV). Parece-nos plausível o seguinte: redigida a peça, Figueiredo receia ter ido longe demais. Afirma, então, que a acção se localiza na Lua e que as personagens têm nomes próprios desse planeta (não sendo, porém, mais insólitos do que muitos outros criados por ele e deixando alguns com nomes portugueses, como por exemplo Mendes, Laura ou Fulgência), embora sejam portuguesas (e isto invocando a inteligibilidade da peça!). Como é uma contradição evidente localizar na Lua uma acção que expressa e repetidamente é situada em Lisboa, sustenta tê-lo feito deliberadamente. Se o argumento só era inteligível localizado em Lisboa e protagonizado por portugueses, não haveria qualquer razão para o não situar aqui. Ou melhor, havia uma só, o que o censor compreende e aprova: «como o Carather deste A. he falar sempre com modestia, e semescandalo; elle figura a scena no globo da Lua», mas a obra é «a mais bem traçada invectiva contra a mal entendida, e perentida Civildade destes tempos» (A.N.T.T., *Censura*, 1776, n.º 24). Quanto

descrita nos seguintes termos: «tão carinhosa Mãe, como estre-mecida Consorte, e sabendo zelar tanto o governo da sua Casa, como a honra de seu Marido» (23). Os papéis da mulher casada estão, pois, claramente enunciados (e aparentemente equiparados). Se a boa esposa dedicada e impoluta e a eficiente gestora do lar não constituem novidade, já o realce para o desempenho da função materna e nomeadamente a exaltação do carinho com que a mãe deve rodear os seus filhos, são dignos de nota. Posição que é con-sonante com as tendências que na época, e particularmente em França, se exprimiam (24).

à localização em Espanha, como Carreira defende, não tem qualquer funda-mento. «Aqui logo em Castela» significa apenas *logo que chegássemos a Cas-tela*. Tratava-se de uma mulher que projectava casar tendo marido vivo. Assim, pensava fazê-lo logo que pudesse, logo que atravessasse a fronteira — em Castela. É igualmente incorrecto concluir: «Se tivermos em conta o carácter particularmente marialvista da sociedade portuguesa do século XVIII, tal como de resto no-lo descreve o Cavaleiro de Oliveira, razões não nos faltam para duvidar da facilidade com que Figueiredo pôs as suas personagens femininas a ter relações extramatrimoniais. E isto com um tal à-vontade (os próprios maridos tinham conhecimento) que se torna singularmente inverosímil. Verdade se diga que estas relações nunca são expressamente citadas, mas só sugeridas» (*op. cit.*, p. 314). *Primo*, o Cavaleiro de Oliveira descreve o ambiente português dos anos vinte *grosso modo*, pois, nascido em 1702, saiu de Portugal em 1732; *secundo*, não se trata de relações extra-matrimoniais mas de *chichisbeato* que, em teoria, excluía relações carniais. Era «apenas» uma moda: a senhora casada tinha à sua disposição um homem do seu escalão social que a acompanhava e servia fora e dentro de casa (cfr. Carmen Martín Gaité, *Usos amorosos del dieciocho en España*, Barcelona, Editorial Lumen, 1981 e Maria Antónia Lopes, *op. cit.*, pp. 110-112; 120-132); *tertio*, Figueiredo critica e condena os ciúmes excessivos dos portugueses, estando eles bem retratados na peça em questão, cujo tema central é precisamente esse e daí a razão de ser do título (que não é *A chibantaria*); e, por último, a figura do chichisbéu está documentada em outras obras, embora sejam poucas as que se lhe referem (cfr. Maria Antónia Lopes, *idem, loc. cit.*).

(23) «Á Senhora Fulana», T. V, pág. não numerada. Manuel de Figueiredo não é apenas inovador na valorização da ternura maternal, é-o também no que concerne aos hábitos sociais da mulher casada gozando de desafoego económico, o que está patente nesta dedicatória.

(24) «Tout change avec la pensée des Lumières rebelle à l'influence du clergé. Les philosophes rejettent le péché originel, et ne croient plus que l'éducation doit dompter les caractères. Aussi découvrent-ils la tendresse maternelle comme une valeur jusqu'alors injustement méprisée», Yvonne Kniebichler et Catherine Fouquet, *op. cit.*, p. 136. Ver pp. 133

Recordem-se os tratados portugueses do séc. XVII dedicados ao casamento, onde exaustivamente se definem os comportamentos e regras a adoptar pelas mulheres casadas e nos quais a função materna é apenas aflorada, incidindo toda a sua atenção nas relações marido-mulher e no papel económico da esposa que administra a casa ⁽¹⁾. Deveremos então afirmar que o conceito *mãe* não existia ou existia apenas na sua componente biológica? Por certo que não. Existia o conceito, compreendendo um modelo social que, como tal, é passível de controlo, estima ou repúdio. Um conceito distinto, não obstante, do actual. E se nos atrevemos a escrever actual, hoje quando se põe em causa não só a ideia de mãe como aspiração instintiva da mulher e sua realização suprema, mãe que é naturalmente abnegada e sofredora, concepção característica do século passado, mas ainda a muito semelhante perspectiva freudiana que lhe acentua o carácter inelutável (remetendo a voluntária não-mãe para o domínio do patológico) e lhe impõe uma responsabilidade acrescida e conseqüente culpabilização, se nos atrevemos, dizíamos, a considerar este modelo oitocentista actual, é apenas porque é de facto para ele que remete ainda hoje o conceito mãe, muito embora a realidade se não conforme já com esse arquétipo — óptimo ensejo para reflectir sobre a distância que vai do imaginário ao real, do normativo à prática. Distinta era, portanto,

e segs. e Philippe Ariès, *L'enfant et la vie familiale sous l'ancien régime*, Paris, Éditions du Seuil, 1973, *passim*; Roger Mercier, *L'enfant dans la société du XVIII siècle (avant l'Émile)*, Paris, Université de Paris, 1961, pp. 97-105; Elisabeth Badinter, *op. cit.*, pp. 143 e segs.

(¹) Cfr. Ângela Mendes de Almeida, «Casamento, sexualidade e pecado — os manuais portugueses de casamento dos séculos XVI e XVII», *Ler História*, Lisboa, n.º 12, 1988, pp. 3-21; Maria Helena Vilas Boas e Alvim, «Subsídios para a história da mulher» in *A mulher na sociedade portuguesa Visão histórica e perspectivas actuais*, cit., vol. II, pp. 271-288; Carlos José R. de Almeida Veloso, «Imagens e condição da mulher na obra de autores portugueses da primeira metade do século XVII», *idem*, pp. 251-270; Ester de Lemos, «Casamento como tema moralístico» in *Dicionário de Literatura* [...] dir. por Jacinto do Prado Coelho, 3.ª ed., vol. I, pp. 156-158. É sintomática a lista de adágios portugueses referentes a mulheres, recolhida por Bluteau no seu *Vocabulário portuguez e latino* (T.V, Lisboa, Pascoal da Sylva, 1716, p. 546). Em 77 adágios só dois aludem à mulher enquanto mãe: «A molher que cria, nem he farta, nem limpa» e «A molher parida, & a tea ordida, nunca lhe falta guardida».

a imagem ideal da mãe seiscentista, que apontava para comportamentos que não procuravam responder à absorvente felicidade da criança, mas sim à não menos absorvente felicidade do homem. Assim, ser mãe no séc. XVII implicava o dever de procriar, assegurar a vida, a ordem, o respeito, o *status* e a honra familiar.

No séc. XVIII, mantendo-se essas exigências, acentua-se já o imperativo da educação. A educação doméstica (e não só) é encarada com um interesse cada vez maior, o que conduz à valorização do papel educador dos pais. A mãe ideal será cada vez mais expressamente a boa educadora. A apologia das vantagens de uma certa instrução ministrada às mulheres, tal como Verney e Sanches a expõem, tem por objectivo formar matronas exímias no desempenho de três papéis: esposa, gestora e educadora. Verney justifica com as razões seguintes a necessidade da educação feminina: «são as nossas mestras nos primeiros anos de vida», «governan a casa, e a direcção do económico fica na esfera da sua jurisdição», «o estudo pode formar os costumes» e «uma mulher de juízo exercitado saberá adoçar o ânimo agreste de um marido áspero e ignorante, ou saberá entreter melhor a disposição de ânimo de um marido erudito»⁽¹⁶⁾. Por sua vez, Ribeiro Sanches esclarece: «Achei que tratar da educação que devião ter meninas Nobres e Fidalgas merecia a mayor atenção porque por ultimo vem a ser os primeyros Mestres de seos filhos, irmãõs e maridos»⁽¹⁷⁾. Quanto às manifestações de amor e ternura, se são já louváveis (condenação dos castigos corporais, apologia do estudo como divertimento), não deixam de permanecer em segundo plano, consideradas mais como um acréscimo, o meio mais eficaz para atingir um fim.

Na obra de Manuel de Figueiredo as alusões ao carinho maternal resumem-se, de facto, ao louvor da «carinhosa Mãe». Poder-se-á induzir não existir amor maternal na sua época? Não, certamente. Não é porque o discurso normativo não acentua o amor maternal que se pode concluir estar ausente ou, pelo contrário, tão naturalmente presente que não se questiona. Uma única conclusão se

⁽¹⁶⁾ *Verdadeiro método de estudar*, ed. organizada por António Salgado Júnior, vol. v, Lisboa, Sá da Costa, 1952, pp. 125-126.

⁽¹⁷⁾ *Cartas sobre a educação da mocidade*, reedição revista e prefaciada por Maximiano de Lemos, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1922, p. 193.

pode tirar: não despertava interesse, não era o centro das preocupações do pensamento moralizador e isto porque a criança também o não era. É quando esta se assume como ser de direito próprio que todo um discurso se constrói em volta da mulher daí em diante perspectivada em função do filho. A categoria *mulher* ficará subsumida na categoria *mãe*, o que não se verifica no séc. XVIII português.

É sintomática a expressão vulgarmente utilizada pelo português de setecentos: *mãe de família*, remetendo a locução para a ideia de *mulher responsável por um grupo* ⁽³⁸⁾ (que inclui todas as pessoas vivendo em comum) e não como a actual palavra *mãe*, para o binómio mãe-filho, conceito que encerra uma grande carga afectiva e que a expressão de setecentos não veicula.

Assim: o papel da mãe em Manuel de Figueiredo, homem atento aos ventos de mudança, está travejado na função educativa, surgindo as personagens mães não em pleno exercício dessa função, mas no seu *terminus*, patenteando os resultados de um trabalho que lhe compete ou que usurpou, como veremos. É a mãe igualmente focada no seu papel de estratega de alianças familiares, pela sua intervenção no casamento dos filhos, momento ideal para Figueiredo equacionar o conflito de gerações, o conflito de duas educações diferentes, de duas épocas que se reclamam distintas, assim como o conflito, sempre latente, provocado pela indefinição das áreas de actuação respectivas da mãe e do pai (muito premente também aquando da avaliação do tipo de educação ministrado aos filhos).

Primordiais são ainda outras funções da mãe: o governo do lar — a administração correcta a par da manutenção da ordem e harmonia — e a defesa de uma imagem honrada do agregado, almejada quando o bom-senso preside à escolha do vestuário, meios de transporte, mobiliário, manifestações de vida social, enfim, quando o comportamento da família se adequa ao seu estatuto social.

Como dissemos, a obra de Figueiredo obedece a uma concepção utilitária do teatro: a reforma dos costumes que ele cria poder

(38) O conceito *mãe de família*, veiculando sobretudo a ideia de dever, de responsabilidade, será uma projecção do conceito *pai de famílias*, «cabeça de casal, quer tenha filhos, quer não» (Bluteau, *op. cit.*, tomo VI, 1720, p. 186) ?

modificar pela acção pedagógica dos seus dramas. Mas como os erros humanos provinham geralmente, como ele próprio afirma, dos erros de educação, mais do que apontar vícios e virtudes, havia que consciencializar o seu público da importância fundamental da educação, levando-o não só a desejar e a adoptar a virtude, mas a promovê-la, inculcando-lhe o sentido de responsabilidade social, fazendo de cada um um educador e não apenas um educado⁽³⁹⁾. São assim várias as suas comédias cuja acção gira em torno de jovens que patenteiam um comportamento deplorável, resultante de uma educação mal conduzida.

Em seis das famílias criadas por Figueiredo, que se refere, de um modo geral, à pequena e média burguesia, a responsabilidade da deficiente educação é imputada à mãe, sendo quatro os casos em que o pai é apontado como culpado. Mas trata-se de situações bastante diferentes. Dos seis primeiros casos, dois dizem respeito à educação de filhos, quatro à de filhas e o sexto a filhos de ambos os sexos. Se numa das famílias a culpa da mãe está de certa forma diluída, pois sendo uma mulher bastante lúcida⁽⁴⁰⁾, não deixa de se questionar sobre o rumo a que a educação moderna da filha⁽⁴¹⁾ conduz e de partilhar as suas dúvidas com o marido (*Escola da mocidade*, tomo I — Octávio, Damiana e a filha Licori), já em duas outras famílias, as mães, porque não souberam apoiar-se nos conselhos dos maridos, homens «prudentes», são claramente culpadas. E culpadas ou porque o seu mau carácter as levou a secundar o comportamento pernicioso das filhas (*O passaro bisnáo*, tomo XIII — D. Brites e filhas) ou porque levianamente iniciam a rapariga nos novos hábitos mundanos que admitiam o convívio de jovens de ambos os sexos (*Fastos de amor e amizade*, tomo III — Marcela e Licori⁽⁴²⁾). O último caso é o de uma jovem «pobre de espírito»

(39) Cfr. «Discurso» de *A mocidade de Sócrates*, tomo x, pp. IX-XVI.

(40) «Mulher de proposito, mas mulher», eis como Figueiredo a apresenta, *Escola da mocidade*, tomo I, p. VIII.

(41) A nova educação feminina, que recebia os favores da moda, caracterizava-se pelos objectivos mundanos. Os seus conteúdos eram fundamentalmente a música vocal e instrumental, dança, línguas vivas e arte de bem conversar (*vide* Maria Antónia Lopes, *op. cit.*, pp. 98-107).

(42) Trata-se aqui não do triângulo pai, mãe e filha, mas marido, mulher e cunhada, rapariga solteira cujo estilo de vida moderno é apoiado pela irmã, com quem vive.

que vive com a mãe viúva cujos maus exemplos influenciam negativamente a filha (*João Fernandes feito homem*, tomo XIII — D. Antónia e filha). Quanto aos erros de formação da personalidade dos rapazes e cuja responsabilidade é atribuída à mãe, se num dos casos se deve à má influência materna que é mais poderosa do que a paterna, embora o pai procurasse aconselhar o filho (*O passaro bisnáo* — D. Brites e filho), nas outras duas famílias a razão do fracasso educativo advém apenas desta circunstância: a mãe usurpou uma função que lhe não competia, porque pertencia à esfera do pai, função que ela não podia desempenhar — a orientação da educação dos filhos do sexo masculino (*Farçola*, tomo XIII — D. Inácia Joaquina e filho e *Perigos da educação*, tomo I — Escolástica, filho e enteado).

Surge apenas um caso de um filho mal comportado cuja responsabilidade é atribuída ao pai (*Os pais de famílias*, tomo II — Simão e filho), mas, repare-se, apenas porque o pai nunca quis assumir a função educativa que lhe cabia, ficando essa tarefa sob alçada da mãe. Trata-se, portanto, de uma situação semelhante às anteriores. A mãe é louvada porque se esforçou por desempenhar a espinhosa tarefa, mas, como escreve Figueiredo ao caracterizar a personagem, «A Mãe he como são as melhores Mais, e as boas Mulheres. Quem conhece o sexo, e os nossos costumes, não deve esperar mais d'elle, geralmente fallando»⁽¹⁾. Nesta família, cujo chefe não se assume como tal, filho e filha são apresentados como jovens cheios de vícios. Exceptuado este caso, quando a educação das filhas é deficiente, a principal responsabilidade é sempre dada à mãe.

Outro tipo de situação é a de viúvos com filhos. Figueiredo não retrata nenhum caso de viúvo com filho cuja educação não seja correctamente conduzida. Pelo contrário, se é um homem solitário que tem a seu cargo a educação de raparigas, os resultados são confrangedores. Ou porque impõem uma educação retrógrada, mantendo as filhas em clausura e ignorância (*Escola da mocidade* — Cardénio e filha e *A mulher que o não parece*, tomo IV — Chicho e sobrinha) ou porque lhes permitem todas as «liberdades» (*O homem que o não quer ser*, tomo XI — Prudêncio e as rapa-

(1) «Discurso» de *Os pais de famílias*, tomo II, página não numerada.

rigas que recolheu). Assim, sempre que a má formação das filhas é atribuída ao pai (biológico ou social), é-o porque a mãe não existe.

Logo: as causas dos maus resultados educativos diferem segundo o sexo do educando. No caso dos rapazes, porque a sua educação não é dirigida pelo pai, não conseguindo a mãe desempenhar essa tarefa ⁽⁴⁴⁾. No caso das raparigas, tanto a cargo do pai como da mãe, o fracasso é devido a dois excessos igualmente reprováveis: demasiada desenvoltura (geralmente quando está sob a orientação da mãe) e demasiada clausura (educação imposta pelo pai). Os papéis educativos são distribuídos pela mãe e pelo pai segundo o sexo do filho. A mãe ideal deve zelar pela educação da filha sob a superior orientação do pai, caso contrário fracassa com facilidade, e não pode imiscuir-se na educação dos filhos.

pai ideal orienta directamente a educação dos filhos e supervisiona a das filhas, mas se estas lhe estão entregues sem que a influência da mãe se faça sentir, o resultado é negativo. Pai e mãe devem ter, pois, papéis específicos que não podem ser confundidos.

Na comédia *Os pais de famílias* o tema é precisamente o da necessária divisão sexual das tarefas domésticas. D. Mança lamenta-se e critica o marido que não cumpre os seus deveres e este, Simão, procura defender-se:

«D. MANÇA.

Eu sou mulher:
Porém tal he vossê, que sou tambem
O homem desta casa.

SIMÃO.

Bem se vê
No bom governo delia, e criação
Do marotinho.

(44) Na comédia *O indolente miserável* (tomo XII) o pai, como Simão de *Os pais de famílias*, não cumpre as suas obrigações. A mãe toma a seu cargo as tarefas que competiriam ao marido, revelando possuir uma visão correcta do tipo de educação a dar ao seu filho, mas actua sob a orientação de um cunhado que assegura o bom êxito do processo educativo.

D. MANÇA.

Em quanto era criança,
 Tempo só em que póde a pobre Mãi
 Ensinar, reprender, e castigar
 Os seus Filhos, Simão, nenhum no bairro
 Lhe punha o pé diante; e já vossê
 Se enfadava, mas como! porque o via
 Ao pé de mim a ler, e a escrever;
 Porque pago ao corcunda, me dizia ?
 E já eu embuçada no meu manto,
 Ou se hia á Confissão, ou ás Novenas,
 Passava pela escola, e me informava
 Dos Mestres, como Mãi, ou como Pai,
 Das suas travessuras, que vossê
 Nunca lhes vio a cara.

SIMÃO.

Mas porque ?
 Porque o seu ponto foi, que nunca o Pai
 Tivesse voz activa, nem passiva
 No governo da casa.

D. MANÇA.

Bons governos:
 Vossê queria tella em parvoisses,
 Em ridicularias, que já mais
 aos homens, como devem
 Importar ás mulheres. Se as gallinhas
 Tinham comido, ou não: se já fazia
 O ninho huma coelha: se as criadas
 Chegavam á janella: se limpavam
 As gaiollas dos passaros: se o moço
 Parava na cozinha, e outras taes
 Bagatellas ridiculas.

SIMÃO.

Ridiculas ?

D. MANÇA.

Pois que são essas cousas para hum homem ?
 Para hum Pai de familias, que lhes deve
 Procurar o sustento, e dar-lhes a tempo
 A educação devida ? Mas vossê,

Com lhes não dar o pão, se dispensava
De dar-lhes o ensino.

[...]

D. MANÇA.

Ahi lho entrego [*o filho*]
Cuidar na rapariga, e nesta casa,
Bem me dá que fazer.

[...]

SIMAÕ.

As Mães, mulher,
Não são para cuidar cá dos varões,
Passados os quatorze.

D. MANÇA.

São os Pais.» (45)

mais adiante, o tema prossegue num tom mais exaltado

«**SIMAÕ.**

O Preceptor!
Pois eu hei de fallar-lhe ?

D. MANÇA.

Eu já não tenho
Acção para o fazer. Já não governo,
Nem me toca o ensino do rapaz,
Já tem quatorze annos.

SIMAÕ.

Ella mettida
Em varoniz discursos! não se quer
Desenganar, Senhora. Destas cousas
Jejuam as mulheres, inda mesmo
Dos actuaes Ministros, dos Togados.
Tome pontos a meias, apontoe
Rodilhas, faça o rol da roupa suja,
E deixe-se de mais.

D. MANÇA.

Dê de comer

A toda esta Família, vista-a, calce-a,

Ordenados de moços, e escudeiro,

Pague as casas...» (46)

A definição das esferas feminina e masculina é, pois, assunto que desperta o interesse da vocação moralizadora de Figueiredo, não só na tarefa educativa, como no que respeita à gestão da unidade económica que a casa constitui. Este último aspecto aparece também largamente tratado na *Grifaria*, que, com *Os pais de famílias*, forma a «Carta de Guia de Casados» de Manuel de Figueiredo. O autor é severo para com os homens. Em *Os pais de famílias* critica os que se eximem das suas obrigações, na *Grifaria* condena aqueles que não depositam confiança nas esposas, não lhes permitindo exercer o papel económico que lhes cabe.

Figueiredo enaltece nesta última peça a mãe de família que dedica à sua casa todo o seu tempo e esforço, condenando a vida ociosa e mundana daqueles casais «que não nascem senhores de terras, nem de Estados» (47). Mas a argumentação do autor surpreende pelo arrojado pendor pró-mulher. É a mútua confiança que deve orientar as relações no casal, até porque, afirma-se, os homens não provam em nenhum exame estar habilitados a chefiar uma casa. Pelo contrário, é frequente a irresponsabilidade do marido e a lucidez da mulher, a quem deve estar entregue todo o governo da casa — opiniões que são emitidas pelas duas personagens modelares, Fulgência e seu pai Lisímaco. Afirma este que «nisto de governo, quando ella o chega a ter,/ Foi onde o varão nunca desbancou mulher» (48) e por essa razão declarara já que

«... se casasse hoje em dia
Na minha propria casa, só hospede seria.
Senhora delia, e arbitra de si logo fizera
Minha mulher, porque se acaso não tivera
Feito tal qual conceito (verdadeiro, ou errado)
De que era capaz disso, tomará tal estado ?» (49)

(46) *Idem*, C. 5, pp. 38-41.

(47) *Idem*, Tomo v, Canto IV, C. 7, p. 171.

(48) *Idem*, C.16, p. 189.

(49) *Ibidem*, Canto III, C. 14, p. 145.

Vemos assim que a capacidade de governar uma casa é considerada o requisito principal a exigir a uma noiva. Parece depreender-se, pela ênfase com que o assunto é abordado, que seria corrente a confusão de papéis dentro do lar, tanto no aspecto educativo, por atitudes abusivas das mães ou por omissão dos pais, como no aspecto da gestão da casa e aqui por açambarcamento por parte dos maridos. É essa, aliás, a ideia que se colhe nos entremeses «de cordel» desta época — mães que impõem a sua perspectiva de educação, contra a vontade dos pais, transformam as suas casas em centros de reuniões sociais, saem para usufruir dos espectáculos públicos e maridos que fiscalizam minuciosamente os gastos correntes, sendo sempre eles a dar ordens (e o dinheiro necessário) para a compra de mantimentos, situação esta que, contrariamente aos abusos das consortes, não é posta em causa pelos autores deste género de literatura. Parece, pois, que não seria também tão simples e clara a demarcação entre a esfera pública do pai e privada da mãe, e isto em famílias cuja mãe não exerce um trabalho produtivo, onde seria muito mais fácil estabelecer a delimitação dos dois domínios.

Dissemos que a acção da mãe, na obra de Figueiredo, era também focada na escolha de cônjuge para os filhos. Transparece aí o seu papel activo em assunto de tão grande monta, mas neste domínio Figueiredo é severo. De um modo geral, a escolha paterna é a escolha acertada, pois as mães, mesmo as mais lúcidas, são influenciadas por critérios menos adequadas e não sabem, muitas vezes, avaliar correctamente as qualidades dos vários pretendentes. Caso exemplar: Damiana (*Escola da mocidade*), mulher inteligente e informada, engana-se redondamente na preferência que dá a um jovem mentecapto, em detrimento de um rapaz digno e culto. Aliás, quando discute o assunto com o marido que soube discernir a verdade, ele responde-lhe agastado: «Perdoe-me Deos a mim, que me aconselho/ Com vossê em materias desta casta» (56).

O que são, pois, em conclusão, para Manuel de Figueiredo, as mães de família condenáveis e as mães de família ideais? Os anti-modelos assumem-se como tais ou porque não desempenham correctamente os seus papéis de esposas atenciosas, mães dedicadas e donas-de-casa diligentes e sensatas, ou porque não querem de

(56) Tomo I, A.II, c. 4, p. 75.

facto desempenhá-los, ou ainda porque procuram realizar tarefas que lhes não competem, impondo a sua vontade aos maridos. Quanto à boa mãe de família, ela não apresenta uma só *facies*.

Rastreámos na sua obra (original e traduzida) oito modelos ideais entre personagens e exemplos apontados. Estas figuras paradigmáticas são, porém, distintas. Possuem determinadas qualidades que as tornam exemplares, mas nem sempre as mesmas. Três dessas mulheres são exaltadas porque desempenham devotadamente o seu papel de esposa, não se salientando as outras funções de uma mãe de família (*O passaro bisnáo*: D. Joaquina e o arquétipo proposto por Pantaleão Gasnate às filhas que vão casar; *Alberto Virola*, tomo V: Afonsa). Duas outras personagens consideradas exemplares, são-no pela sua comprovada dedicação ao governo da casa e à criação e/ou educação dos filhos (*O indolente miserável*, tomo XII: D. Peónia e *A grifaria*: Fulgência). Outros dois modelos apresentados parecem representar a mãe de família completa, pois sabem conjugar os três principais papéis que lhe competem: boa esposa, boa mãe e boa governanta, tipo ideal defendido em *A sciencia das damas e a pedanteria dos homens*, (tomo VII; tradução com modificações de *Les femmes savantes* de Molière) e o já aludido exemplo da «Senhora Fulana». Uma última figura modelar, a baronesa de *O avaro dissipador* (tomo XII), é-o apenas pela sua capacidade de administração. Não há pois um só exemplo de mãe de família enaltecida unicamente pelo seu devotamento aos filhos.

A preocupação moralista em torno da mãe, conceito que suscitava um esforço normativo evidente, é alimentada pelas transformações verificadas numa época em que novos costumes alteravam os papéis sociais das mulheres. Aos costumes tradicionais que confinavam as mulheres ao espaço doméstico e lhes impunham os papéis exclusivos de esposa e dona-de-casa (ficando o de mãe envolvido por estes), contrapõem-se os novos hábitos divulgados com o ideal de uma sociedade «polida», «civil» e de «bom gosto», que propunha às mulheres uma vida social intensa, isto é, papéis sociais que desprezavam as qualidades até então celebradas da mulher virtuosa.

Segundo tudo parece indicar, a partir da segunda metade do séc. XVIII aquelas mulheres que se consideravam «modernas» fizeram da vida social uma autêntica monomania. «Representa-

tando-se a si próprias como seres sociáveis — para quem o entretenimento, a alegria de viver, o domínio de dotes culturais e artísticos, a convivência com mulheres e homens e a recusa da estrita submissão ao marido se assumiram como formas de reaúzação pessoal»⁽¹⁾, que lugar podia sobrar para o ideal de maternidade? Talvez não nos enganemos muito se supusermos que essas mulheres perspectivavam a maternidade como uma função importante, sem dúvida, mas secundária perante outros papéis que fazem dela uma mulher feliz e realizada. Não era de bom-tom no séc. XVIII, como o não é hoje também, uma mulher mostrar-se esposa submissa e mãe que aos filhos sacrifica todas as suas alegrias (que não coincidem com as dela). Não parece hoje actualíssima esta crítica dirigida na época a uma jovem considerada retrógrada?

«estou vendo que quando casar ha de ir pedir licença ao marido para sahir de casa! [...] apresentar-se com elle nas conversações [...] fallar nos pequenos, que deixou chorando em casa»⁽²⁾

E, no entanto, lá por fora a exaltação da mãe impunha-se, o seu papel educativo era cada vez mais realçado.

Manuel de Figueiredo encontrava-se assim perante três sistemas de valores e a sua obra reflecte a sua hesitação ou o seu eclectismo. Na realidade, Figueiredo pretendia conciliar as três representações da mulher e assim os seus arquétipos oscilam entre uma e outras. Concede um lugar já importante à função maternal, mas não a sobrepõe às funções tradicionais e, simultaneamente, enaltece os usos «polidos» que permitem às mulheres a bela conversação, a leitura, o convívio com pessoas do outro sexo, embora restrinja esta nova vivência àquelas que têm meios acima da média. E o modelo que propõe com o retrato da «Senhora Fulana»: boa mãe, boa administradora da sua casa, conseguindo ser também «a Dama que na Corte se trata mais livre de preocupações ou de *préjugés*» e sabendo gozar «da companhia das Damas, como da sociedade dos Homens: tão prompta para pegar na agulha, entreter-se a enfiar perolas; como para discorrer no seu gabinete em cousas dignas do Cidadão mais grave»⁽³⁾.

(1) Maria Antónia Lopes, *op. cit.*, p. 196.

(2) *L'impostor raweduto*, tomo IX, A.I, c. 9, p. 46.

(3) «A Senhora Fulana», tomo v, páginas não numeradas.

Ser boa mãe implicava desempenhar funções que hoje não remetem para esse conceito. A imagem da mãe no *Theatro de Manoel de Figueiredo* é pouco lisonjeira, representada falhando em grande parte às suas obrigações, que nem sempre surgem perfeitamente clarificadas. O conceito *mãe*, na época a que nos reportamos, remetia para uma representação simultaneamente mais lata e mais indefinida relativamente ao conceito actual. A necessidade da expressão *mãe de família*, que parece indicar um certo vazio conceptual da palavra *mãe*, transmite precisamente esse estágio nebuloso em que a representação da função maternal se encontrava ainda. A categoria mãe não emerge, pois, com um significado nem unívoco nem preciso, exactamente porque não se resume a uma categoria biológica, pré-definida. E, como categoria social que é, as suas representações e propostas de modelos dependem da ideologia (no sentido adoptado por Georges Duby) que a procura definir e controlar.

MARIA ANTÓNIA LOPES

(14) «História social e ideologia das sociedades» in *Fazer história I—novos problemas*, Amadora, Liv. Bertrand, 1977, pp. 173-195.